

Caminhos da educação

Dom Lourenço de Almeida Prado *

Em um debate, na Escola Superior de Guerra, um dos participantes, indagando sobre o fim da educação, colocou como alternativa: ou a educação promove a igualização social, superando a marginalização, ou promove a elitização, favorecendo a discriminação social. E concluiu: o que o Senhor pensa disso? Logo de início, a resposta é que a alternativa não é alternativa: a escola constrói ou consolida a igualdade entre os homens, dando, ou devendo dar, a todos a mesma oportunidade de vir a ser o que devem ser, cada um com sua personalidade própria e sua vocação social, mas não forja o igualitarismo, pois não reduz a criatura humana a simples repetição estandardizada da outra, como série de objetos modelados e padronizados. A escola reforça a igualdade, plenificando a natureza na edificação da pessoa livre e diferenciada. Nesse sentido, nesse alto e nobre sentido, a escola é elitizadora, cria diferenças e, não raro, acentua as diferenças naturais.

O igualitarismo, em voga, destrói o que há de maior na criatura humana: a sua nobreza de pessoa livre. O democratismo moderno, que abafa a pessoa na massa, se for coerente, tem que ser contra a educação, pois a educação promove a diferenciação dos indivíduos humanos. Alfabetizar uma pessoa é dar-lhe algo — algo mais — que a diferencia do analfabeto. Diferenciá-la é elitizá-la. Por isso, o paraninfo dos neoformandos, no inferno, advertia os novos diabos (segundo a imaginação de C. S. Lewis): não tentem corrigir, antes estimulem a idéia corrente na terra de que os homens são iguais. Como são diferentes, pensar que são iguais é boa fonte de ciúme, inveja e briga, o que é muito favorável para o nosso trabalho.

Diferenciá-la, porém não é nem separá-la do grupo, nem torná-la essencialmente (esta palavra é importante) maior que as outras. Adam Smith advertia, há 200 anos, que, na sociedade primitiva (bárbara), cada um era caçador, pescador, agricultor e soldado. Não havia distinção de tarefas. Com o progresso civilizatório, as tarefas se distribuem, um é pescador, outro é soldado ou tecelão. E surgem novas profissões (novas diferenças): um é médico, outro engenheiro ou enfermeiro. Quebrou-se a igualdade? Não. Manteve-se a igualdade, diversificaram-se as funções. A grandeza do corpo social, como do corpo, organismo vivo, se enriquece com a variedade das funções. E, essa diversidade baseada em diferenças, gera a complementariedade e esta, a unidade. "Se tudo, no corpo, fosse ouvido, com que se veria?" Já advertia S. Paulo.

Lembro-me de três irmãos que vivem nos Estados Unidos. Irmãos, muito amigos, muito iguais, igualmente nobres: um é poeta, com mestrado na Harvard, outro é biólogo, especialista em cactos e plantas do deserto do Arizona, e o terceiro é motorista de ônibus transestaduais. Iguais, direi, igualíssimos: os mesmos pais, a mesma grandeza humana, a mesma capacidade de amar e conhecer, os mesmos direitos políticos, a mesma herança terrestre, o mesmo destino eterno. A mesma dignidade de pessoa livre, a mesma ordenação para a vida social e já, aqui, cada um com sua contribuição própria, sua tarefa pessoal, própria e diferente, para contribuir e construir a grandeza e a unidade do corpo. Se lembrasse da irmã deles, repetiria os mesmos títulos de igualdade, mas acrescentaria novas notas de diferença, nova riqueza de complementariedade.

Sumamente iguais, sumamente diferentes. "As diferenças", repito Santo Agostinho, "quando não há ciúmes ou inveja, geram a concórdia, geram o encontro de corações."

A escola é ou deve ser isso. Não é uma máquina cunhar o indivíduo segundo uma forma. Essa é a escola socialista (marxista) ou nazista. Essa é a escola conscientizadora. Mas não é essa a verdadeira escola, que é a *ars cooperativa naturae*, a arte de ajudar a natureza, não a de sufocar a natureza.

Esse pensamento igualitarista, com-

binado com o intuito de não deixar ver que o rei está nu, além de implícita indução à irresponsabilidade, de professor e de aluno, parece-me estar no sistema de *promoção automática* que se está instituindo, em nosso Estado.

A idéia da chamada promoção automática não é nova, nem é a primeira vez que se tenta aplicá-la em nosso Estado. Não é também um projeto oriundo de pura insensatez, pois a sua intenção é corrigir defeitos reais, existentes e criadores de injustiças em nossa seriação escolar.

Pensa-se em evitar a repetência. A repetência é, sem dúvida, um mal. Nas classes mais avançadas, direi um mal necessário. A afirmação do pedagogo moderno — "reprovação já era" ou "a recuperação de quinze dias desfaz a ignorância" — é uma das causas de nosso mau ensino. De nosso mau ensino e de nossa má educação. Da má educação, por suprimir o esforço do aprendiz, o senso da responsabilidade e por criar a mentira do certificado.

Nas séries iniciais, a repetição pode existir e ser uma expressão salutar de verdade escolar. Mas, como está ocorrendo é um mal. Um duplo mal. Conheci um menino (já quase rapaz) que há sete anos cursava a 1ª série. Seria, talvez, um débil mental? Não sei. Mas, se fosse, mereceria outro encaminhamento.

A primeira face do mal (não a mais importante) está no prejuízo aos cofres públicos: o dinheiro público oferece a uma criança sete anos de escola (há outras que não conseguem um) sem qualquer proveito. A segunda face do mal (a maior), a criança, em sete anos, não aprende nada.

Na experiência da dita promoção automática do governo Carlos Lacerda (tempo em que se pensou sério em educação), partia-se do princípio de que o Estado devia a cada criança seis anos de escola, e cada criança obteria, nesses seis anos, o grau de aprendizado que pudesse. Assim uma criança poderia estar no 4º ano escolar (quatro anos de escola) cursando a 2ª série ou a 5ª, conforme o seu aproveitamento. Poderia, inclusive, estar no 6º ano escolar, cursando a 7ª ou a 8ª.

O plano, mesmo bem-intencionado, não me parece viável com proveito, como não o foi no governo Lacerda, quando as condições eram mais favoráveis. Havia uma grande animação educacional e uma prática mais empenhada no magistério. Nos dias de hoje, com os professores amargos e amargurados, com uma escola acomodada ao improdutivo, a medida é inteiramente dirigida ao não fazer nada. Acabará no triste regime de faz-de-conta. Mais tarde, o aluno vai perguntar: "Quem disse que era peão?"

A promoção automática, para ser verdadeira, precisa, antes de mais nada, não ser automática. Depende de uma avaliação (como os incontornáveis mecanismos de testes, provas, arguições e muito pouca confiança na chamada auto-avaliação). Se o mal da simples repetência está em recolocar o aluno na estaca zero, de novo do A-E-I-O-U, sem levar em conta os 20 ou 30% que aprendeu no ano anterior, para partir daí e acrescentar algo mais, seria mal maior fazer de conta de que aprendeu 100% e partir daí. O tédio e a sensação de inferioridade teria outra raiz, mas não seria menos desastroso. Seria indispensável uma cuidadosa avaliação para que os alunos pudessem ser criteriosamente redistribuídos em turmas homogêneas, segundo os 30, 60 ou 100% que aprendem.

E outro cuidado para não repetir o fracasso da tentativa inglesa, de muitos anos atrás, em vez de conseguir uma oferta de oportunidades iguais para todos, chegar-se a um extremo de elitização, dando à classe A, animada e viva, um ensejo de se distanciar, cada vez mais, da classe C, a classe patinho feio, cada vez mais patinho feio.

A promoção automática, mesmo não sendo automática, será sempre um risco. Na situação atual, sem uma preparação prévia do magistério, será mais um incentivo, absolutamente desnecessário, à irresponsabilidade, de alunos e professores. Um jeito para escondê-la.